

# **São Francisco Odontologia Ltda.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da  
São Francisco Odontologia Ltda.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Odontologia Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Odontologia Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2020

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Fabiano Ricardo Tessitore  
Contador  
CRC nº 1 SP 216451/O-1

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Disponível		<u>702</u>	<u>70</u>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:			
Realizável:				Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNG	10	1.595	179
Aplicações financeiras:				Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	10	59	1.415
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	4	4.558	7.223	Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA	10	<u>3.552</u>	<u>4.251</u>
Aplicações não vinculadas	4	<u>28.587</u>	<u>21.595</u>			<u>5.206</u>	<u>5.845</u>
		<u>33.145</u>	<u>28.818</u>	Débitos de operações de assistência a saúde			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde:				Receita antecipada de contraprestações		<u>596</u>	<u>288</u>
Contraprestação pecuniária a receber	5	5.184	2.951			596	288
Outros créditos com operações de assistência a saúde		<u>169</u>	<u>1.094</u>				
		5.353	4.045	Tributos e contribuições a recolher	11	3.794	2.152
Créditos tributários e previdenciários		2.552	169	Débitos diversos	12	4.499	8.532
Bens e títulos a receber		<u>110</u>	<u>124</u>	Programa de incentivo de executivos	13	<u>615</u>	<u>1.920</u>
				Total do passivo circulante		<u>14.710</u>	<u>18.737</u>
Total do ativo circulante		<u>41.862</u>	<u>33.226</u>				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Ativo fiscal diferido	20	3.009	1.739	Provisões para ações judiciais	14	3.024	2.223
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais	6	<u>2.002</u>	<u>1.957</u>	Débitos diversos	12	<u>5.131</u>	<u>1.405</u>
		5.011	3.696	Total do passivo não circulante		<u>8.155</u>	<u>3.628</u>
Investimentos em controladas	7	2.030	-				
Imobilizado	8	521	329	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	15		
Intangível	9	<u>18.651</u>	<u>10.481</u>	Capital social		38.983	16.674
Total do ativo não circulante		26.213	14.506	Reservas de lucros		<u>6.227</u>	<u>8.693</u>
				Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>45.210</u>	<u>25.367</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>68.075</u>	<u>47.732</u>			<u>68.075</u>	<u>47.732</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
Contraprestações líquidas:			
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	16	139.757	82.725
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	16	(5.427)	(3.127)
		<u>134.330</u>	<u>79.598</u>
Eventos indenizáveis líquidos:			
Eventos conhecidos ou avisados	17	(59.593)	(34.193)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados	17	700	(1.303)
		<u>(58.893)</u>	<u>(35.496)</u>
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>75.437</u>	<u>44.102</u>
Despesas de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		(994)	(20)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.667)	(2.548)
Resultado bruto		<u>68.776</u>	<u>41.534</u>
Despesas de comercialização	18	(23.663)	(7.983)
Despesas administrativas	18	(40.410)	(20.902)
Resultado financeiro líquido:			
Receitas financeiras	19	2.116	1.672
Despesas financeiras	19	(2.403)	(1.002)
		<u>(287)</u>	<u>670</u>
Resultado patrimonial:			
Despesas patrimoniais		(739)	-
		<u>(739)</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos e participações		<u>3.677</u>	<u>13.319</u>
Correntes:			
Imposto de renda corrente	20	(1.348)	(3.712)
Contribuição social corrente	20	(506)	(1.377)
Diferidos:			
Imposto de renda diferido	20	933	723
Contribuição social diferido	20	336	260
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>3.092</u></u>	<u><u>9.213</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ )

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.092	9.213
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>3.092</u>	<u>9.213</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		6.674	8.823	-	15.497
Aumento de capital	15 b.	10.000	-	-	10.000
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	15 e.	-	(7.780)	-	(7.780)
Distribuição de lucros do exercício	15 e.	-	-	(520)	(520)
Juros sobre o capital próprio a pagar de exercícios anteriores	15 d.	-	(1.043)	-	(1.043)
Lucro líquido do exercício:					
Originalmente apresentado		-	-	10.480	10.480
( - ) Ajustes de reapresentação		-	-	(1.267)	(1.267)
( = ) Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	9.213	9.213
Destinação à reserva de lucros	15 c.	-	8.693	(8.693)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		16.674	8.693	-	25.367
Aumento de capital	15 b.	22.309	-	-	22.309
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	15 e.	-	(4.177)	-	(4.177)
Juros sobre o capital próprio a pagar de exercícios anteriores	15 d.	-	(1.381)	-	(1.381)
Lucro Líquido do exercício		-	-	3.092	3.092
Destinação à reserva de lucros	15 c.	-	3.092	(3.092)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>38.983</u>	<u>6.227</u>	<u>-</u>	<u>45.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Recebimento de planos de saúde	142.700	80.618
Outros recebimentos operacionais	6.751	1.630
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(62.108)	(33.403)
Pagamento de comissões	(27.831)	(4.569)
Pagamento de pessoal	(23.394)	(5.796)
Pagamento de pró-labore	(128)	(46)
Pagamento de serviços de terceiros	(1.274)	(1.227)
Pagamento de tributos	(18.176)	(10.990)
Pagamento de aluguel	(213)	(145)
Pagamento de promoção/publicidade	(26)	(45)
Aplicações financeiras	2.665	(2.673)
Outros pagamentos operacionais	<u>(20.149)</u>	<u>(8.196)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.183)	15.158
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado e intangível	<u>(24.573)</u>	<u>(9.770)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(24.573)</u>	<u>(9.770)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital em espécie	22.309	10.000
Lucros distribuídos e pagos	<u>(4.177)</u>	<u>(8.300)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	18.132	1.700
AUMENTO DE DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>(7.624)</u>	<u>7.088</u>
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa:		
Disponível e aplicações não vinculadas no final do exercício	29.289	21.665
Disponível e aplicações não vinculadas no início do exercício	<u>21.665</u>	<u>14.577</u>
AUMENTO DE DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>7.624</u>	<u>7.088</u>
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.092	9.213
Depreciações e amortizações	2.078	409
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.269)	(653)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Variação das aplicações vinculadas a provisões técnicas	2.665	(2.673)
Variação da contraprestação pecuniária a receber	(2.233)	(1.539)
Variação dos bens e títulos a receber, créditos tributários e previdenciários e outros créditos com operações de assistência à saúde	(1.444)	(1.193)
Variação de depósitos judiciais e fiscais	(45)	153
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(639)	1.583
Variação dos tributos e encargos a recolher	1.642	667
Variação dos débitos diversos	(3.725)	7.270
Variação do programa de incentivo dos executivos	(1.305)	1.920
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(1.183)</u>	<u>15.158</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Francisco Odontologia Ltda. ("Operadora" ou "São Francisco Odontologia"), foi constituída em 1998 na cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, através da idealização de um grupo de profissionais da área odontológica que tinham a preocupação em criar soluções corporativas para o tratamento da saúde bucal. A São Francisco Odontologia tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, de administração, assessoria e implantação de sistemas de operação exclusiva de planos privados de assistência à saúde no segmento odontológico e organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. Para atendimento aos usuários, os serviços são prestados em unidades próprias e por profissionais e clínicas conveniadas. Ao longo dos anos, a São Francisco Odontologia vem apresentando um crescimento significativo, que em 2019 se reflete no atendimento de mais de 9.124 credenciados, distribuídos em 1.304 municípios e em 26 estados brasileiros e também no Distrito Federal. A São Francisco Odontologia possui, em 2019, 1.125.533 vidas (867.614 vidas em 2018).

A Operadora atende as exigências da Lei 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 36.531-9.

Em 7 de maio de 2019, os acionistas da Operadora venderam suas participações para o Grupo Hapvida, por meio da empresa Ultra Som Serviços Médicos Ltda. Em 1º de novembro de 2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas em contrato, a Operadora passou a ser subsidiária do Grupo Hapvida.

Em 31 de agosto de 2018, a Operadora celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição da totalidade das quotas do capital social da Odontológica Serviços de Saúde Oral Ltda. - EPP ("Odontológica"). Após conclusão de determinadas condições contratuais suspensivas, o processo foi finalizado e aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em julho de 2019. A aquisição da Odontológica tem por objetivo reforçar a atuação da Operadora por meio do aumento de beneficiários de plano odontológico, ampliando a capacidade de atendimento dos seus beneficiários e clientes.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E BASE DE PREPARAÇÃO

#### a) Base de elaboração

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa ("RN") nº 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN nº 435/2018, ambas da ANS.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados temas requeridos pelas normas contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Operadora em 30 de abril de 2020.

#### b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

##### (i) Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para perda sobre créditos. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável das contas a receber de clientes.
- Nota explicativa nº 8 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- Nota explicativa nº 9 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- Nota explicativa nº 10 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- Nota explicativa nº 14 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Operadora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a) Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros

A Operadora classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e ativos financeiros mantidos até o prazo de vencimento por meio do resultado e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

### Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Operadora reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos na data da negociação quando a Operadora se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

### Mensuração

#### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

#### *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Operadora pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

#### *Disponível*

São classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Operadora movimenta os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

### *Mensuração subsequente*

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a Operadora gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Operadora possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Para os planos individuais com preço preestabelecido foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias e para os demais contratos e créditos foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

## (ii) Passivos financeiros

### Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Operadora se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Operadora são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar.

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

b) Aplicações financeiras

A Operadora possui aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras são vinculadas a remuneração de renda fixa conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

c) Dispêndios/despesas de comercialização diferidos

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais diferidos, sendo a apropriação ao resultado realizada no período de 12 meses, de acordo com a RN nº 322 de 27 de março de 2013 e alterações posteriores da ANS.

d) Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais estão vinculados, em sua maior parte, a processos em discussão na esfera judicial, atualizados até 31 de dezembro de 2019. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para causas judiciais, em razão do plano contábil da ANS RN nº 435/2018 não contemplar essa reclassificação.

e) Investimentos

Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Operadora. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Sociedade nas alterações dos ativos líquidos das investidas deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

f) Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste na somatória dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no patrimônio líquido da empresa adquirida.

O ágio registrado por uma aquisição pode ser ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição). Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é mensurada novamente nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado do período em curso.

g) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente. Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do período e não é revertida em períodos subsequentes.

Na alienação de uma controlada, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

h) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment").

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Operadora. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Operadora e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Correspondem ao software e carteira de clientes de beneficiários de planos de assistência à saúde. O software é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As carteiras de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, deduzidas da amortização correspondente. A Operadora estimou a vida econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para as respectivas unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação, quando aplicável.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Amortização

A amortização do ativo intangível é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é, geralmente, reconhecida no resultado.

#### j) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo montante do pagamento esperado caso a Operadora tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### k) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Operadora tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

#### (i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

#### Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

##### *Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA*

Conforme a resolução normativa 393/2015 e suas alterações, a PEONA deve ser estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora de planos de assistência à saúde. O cálculo é com base em triângulos de "run-off" mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

*Provisão de eventos a liquidar*

Com base na resolução normativa 393/15 da ANS e suas alterações é adotado como prática pela Operadora o registro contábil das provisões de eventos a liquidar pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

São reconhecidos pelo valor justo, o que na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

*Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG*

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS e suas alterações, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativo ao período de cobertura do plano.

l) Receita operacional

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Essas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, "pro rata die", quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas bancárias e descontos concedidos ao cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anual para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



(i) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não foram aprovadas pela ANS e/ou não estão em vigor para o exercício de 2019 e de 2018. A Operadora não adotou essas novas normas e interpretações nessas demonstrações financeiras e avaliará os impactos de suas adoções somente se a ANS aprovar as suas aplicações para as entidades reguladas. São elas:

CPC 47 - Receita de contratos de clientes

Essa nova norma identifica os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu o CPC 17 ("Contratos de Construção"), CPC 30 ("Receitas") e correspondentes interpretações.

CPC 48 - Instrumentos financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 substituindo o CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O CPC 48 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Apresenta, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O CPC 48 abranda as exigências de efetividade do "hedge", bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de "hedge" e que o índice de "hedge" seja o mesmo que aquele que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco.

CPC 06 (R2) - "Leases" (Arrendamentos)

Essa norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- a) Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).

- b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com o CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com O CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

#### CPC 50 - Contratos de Seguros

Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da nova norma é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Operadora.

#### ICPC 22 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração quando existir incerteza sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

#### Resolução Normativa (RN) nº 435/2018

Esta Resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, revogando a RN anterior, de nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em notas explicativas a realização do Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa, além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo.

Resolução Normativa (RN) nº 442/2018

Esta Resolução altera a RN nº 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, principalmente pela constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS e pela constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio - PIC.

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

## Resumo da classificação das aplicações financeiras

<u>Modalidade</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vinculadas às provisões técnicas: (i)		
Fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS RF	4.558	7.223
Não vinculadas às provisões técnicas: (ii)		
Fundos de Investimento	6.728	7.497
Certificado de depósito bancário - CDB	21.774	100
Operações Compromissadas	85	13.998
<b>Total</b>	<b><u>33.145</u></b>	<b><u>28.818</u></b>

- (i) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas nos termos da Resolução Normativa ANS nº 392/15. A vinculação foi realizada em fundos de investimento dedicado à saúde suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras remunerados à taxa média ponderada de 98,8% em 31 de dezembro de 2019 (97,95% em 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI
- (ii) As aplicações não vinculadas às provisões técnicas estão representadas por aplicações financeiras em Operações compromissadas, CDBs e Fundos de Investimentos, mantidas com atualização média entre 65% e 101,2% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI em 31/12/2019 (entre 68% e 103% em 31 de dezembro de 2018), mantidas em instituições bancárias as quais a Administração entende ser de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco, apresentam liquidez imediata e insignificante risco de valor, sendo portanto classificadas como equivalentes de caixa.

O aumento dessas aplicações está atrelado ao aumento do faturamento da Operadora, bem como o aumento do número de vidas de beneficiários dos planos odontológicos (375.214 novas vidas).

## Movimentação das aplicações financeiras

	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	19.064
(+) Aplicações	82.137
(-) Resgates(e)	(73.816)
(+) Rendimentos	1.433
Saldo em 31/12/2018	<u>28.818</u>
(+) Aplicações	148.599
(-) Resgates	(145.944)
(+) Rendimentos	1.672
Saldo em 31/12/2019	<u><u>33.145</u></u>

## 5. CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos odontológicos da Operadora, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestação pecuniária a receber	17.105	9.136
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(11.921)</u>	<u>(6.365)</u>
Total	<u>5.184</u>	<u>2.951</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	2.958	1.455
<u>Vencidos</u>		
Até 30 dias	2.207	1.632
De 31 a 90 dias	1.376	503
Acima de 90 dias	<u>10.564</u>	<u>5.726</u>
Total	<u>17.105</u>	<u>9.316</u>

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável é demonstrada abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos no início do exercício	(6.365)	(3.882)
Constituições líquidas	(5.696)	(3.068)
Reversões e baixas, líquidas	140	585
Saldos no final do exercício	<u>(11.921)</u>	<u>(6.365)</u>

## 6. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS E FISCAIS

Em 31 de dezembro, a Operadora possui depósitos judiciais como garantia as ações judiciais das quais participa conforme apresentado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhista	53	120
Tributária (i)	<u>1.949</u>	<u>1.837</u>
	<u>2.002</u>	<u>1.957</u>

- (i) A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento da obrigação referente a contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou passivo equivalente no montante de R\$1.148, em 31 de dezembro de 2014, e realizou o respectivo depósito judicial. Após essa data, não houve novos depósitos e a Operadora vem atualizando os saldos monetariamente.

## 7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

<u>Participação total no capital social - %</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participação em controladas pelo valor patrimonial	321	-
Ágio gerado na combinação de negócios	1.709	-
Total de investimentos	<u>2.030</u>	<u>-</u>

Odontológica Serviços de Saúde Oral Ltda. - EPP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Operadora adquiriu 100% das quotas da Odontológica Serviços de Saúde Oral Ltda. - EPP. O valor da aquisição foi de R\$2.659, pago integralmente em julho de 2019.

A aquisição foi fruto do planejamento estratégico da Operadora que identificou oportunidade de ampliação de sua base no Espírito Santo, mercado com alto potencial e sinérgico para a Operadora, que já havia adquirido outras carteiras de clientes na região.

Em junho de 2019, a Operadora possuía 29,5 mil beneficiários no Espírito Santo, correspondente a uma participação de 6% dos beneficiários de planos odontológicos da região. Com a aquisição da carteira, a Operadora passaria para 47 mil beneficiários e uma participação de 9%.

Além do crescimento do número de vidas, a aquisição permitiu a ampliação dos canais de vendas na região e possibilitou novas parcerias comerciais, possibilitando aumentar a perspectiva de vendas para os próximos anos e consequente maior participação no mercado, que é tido como uma das regiões com maior potencial de crescimento de vendas de planos odontológicos da Operadora.

O valor pago de R\$2.659 corresponde à multiplicação de R\$0,143 pelo número de vidas verificadas na data de fechamento da operação, em junho de 2019, após aprovação da ANS. O ágio gerado nessa aquisição, no montante de R\$1.709, corresponde ao excedente entre o valor pago, de R\$2.659 e o patrimônio líquido da adquirida na data da aquisição, no montante de R\$950. A Administração está em processo de apuração do valor justo dos ativos e passivos da adquirida.

<u>Odontológica Serviços de Saúde Oral Ltda. - EPP</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital social	946
Patrimônio líquido	321
Resultado do exercício	(109)
% de participação	100%
Adiantamento para futuro aumento de capital	109
Investimento	321

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Veículos	20%	60	(6)	54	-
Equipamentos de informática	20%	867	(476)	391	287
Máquinas e equipamentos	10%	55	(19)	36	17
Móveis e utensílios	10%	81	(42)	39	23
Instalações	10%	4	(3)	1	2
Total		<u>1.067</u>	<u>(546)</u>	<u>521</u>	<u>329</u>

A seguir, demonstramos a movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas líquidas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2019</u>
Veículos	-	60	-	(6)	-	54
Equipamentos de informática	287	212	(1)	(107)	-	391
Máquinas e equipamentos	17	22	-	(3)	-	38
Móveis e utensílios	23	20	-	(4)	-	39
Instalações	2	-	-	(1)	-	1
Total	<u>329</u>	<u>313</u>	<u>(1)</u>	<u>(121)</u>	<u>-</u>	<u>521</u>

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas líquidas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Equipamentos de informática	169	181	-	(63)	-	287
Máquinas e equipamentos	6	17	(5)	(1)	-	17
Móveis e utensílios	11	15	-	(3)	-	23
Instalações	2	-	-	-	-	2
Total	<u>188</u>	<u>213</u>	<u>(5)</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>	<u>329</u>

## 9. INTANGÍVEL

A seguir, demonstramos a movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido 31/12/2019</u>	<u>Líquido 31/12/2018</u>
Softwares	20,00%	380	(98)	282	215
Aquisição de carteira	10,00%	20.860	(2.491)	18.369	10.266
Total		<u>21.240</u>	<u>(2.589)</u>	<u>18.651</u>	<u>10.481</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2019</u>
Softwares	215	102	(35)	-	282
Aquisição de carteira (a)	10.266	10.025	(1.922)	-	18.369
Total	<u>10.481</u>	<u>10.127</u>	<u>(1.957)</u>	<u>-</u>	<u>18.651</u>

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2018</u>
Softwares	155	86	(26)	-	215
Aquisição de carteiras (a)	1.532	9.050	(315)	-	10.266
Total	<u>1.687</u>	<u>9.136</u>	<u>(341)</u>	<u>-</u>	<u>10.481</u>

(a) Em 2019, a Operadora adquiriu novas carteiras de clientes, no valor de R\$10.025 (R\$9.050 em 2018), o que representou um acréscimo de 104.077 novas vidas (92.061 em 2018).

O valor de aquisição de carteiras no total de R\$10.025 refere-se a:

<u>Origem</u>	<u>Data de aquisição</u>	<u>Número de vidas</u>	<u>Valor</u>
APO Assistência Odontológica Ltda.	01/03/2019	62.899	8.533
Dental Norte Assistência Odontológica Ltda.	01/03/2019	34.877	1.367
COJUN Centro Odontológico Jundiá Ltda.	01/09/2019	6.301	125
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>104.077</u>	<u>10.025</u>

## 10. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

### a. Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de Prêmios e Contraprestação Não Ganha - PPCNG (a)	1.595	179
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores (b)	59	1.415
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (c)	<u>3.552</u>	<u>4.251</u>
Total	<u>5.206</u>	<u>5.845</u>

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Operadora, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Operadora, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Operadora (médicos auditores).
- (c) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à Operadora antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base em triângulos de "run-off" que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde estabelecidas pela RN ANS nº 209/09 e alterações posteriores, descritas a seguir:

- Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência: para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a operadora de planos odontológicos deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido na RN ANS nº 209/09 e alterações posteriores. O patrimônio líquido ajustado é calculado como o patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Operadora determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a Instrução Normativa ANS nº 373/15 e alterações posteriores.

A Operadora atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA	24.528	15.143
Margem de Solvência exigida – MS	<u>20.332</u>	<u>11.067</u>
Suficiência apurada	<u><u>4.195</u></u>	<u><u>4.076</u></u>

#### 11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ e CSLL	2.570	682
ISS	169	620
INSS	372	384
FGTS	112	41
PIS e COFINS	397	273
Outros	174	152
Total	<u><u>3.794</u></u>	<u><u>2.152</u></u>

#### 12. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações com pessoal	1.436	660
Fornecedores	803	896
Adiantamento a clientes	1.024	312
Aquisição de carteira de clientes (a)	1.138	6.542
Multa ANS	64	85
Taxa de saúde suplementar ANS (b)	2.089	1.341
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	3.000	-
Outras contas a pagar	76	101
Total	<u><u>9.630</u></u>	<u><u>9.937</u></u>
Circulante	4.499	8.532
Não circulante	<u><u>5.131</u></u>	<u><u>1.405</u></u>
	<u><u>9.630</u></u>	<u><u>9.937</u></u>

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Operadora realizou a compra de três novas carteiras de clientes de outras operadoras de planos odontológicos, registradas na rubrica "intangível". Do saldo total adquirido com essas carteiras de clientes, durante o ano de 2019, a Operadora realizou o pagamento de R\$8.887, restando um saldo em aberto de R\$1.138 que será pago nos meses de janeiro e fevereiro de 2020.

(b) Correspondem à taxa de saúde suplementar da ANS que se refere à taxa cobrada pela ANS para cada beneficiário de plano odontológico da Operadora. A referida taxa corresponde a R\$5,39 em 2019 e em 2018 e sofre influência direta do aumento do número de vidas ocorrido em 2019.

(c) Foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital, em dezembro de 2019, para assegurar as provisões técnicas e garantias financeiras da Operadora.



### 13. PROGRAMA DE INCENTIVO DE EXECUTIVOS

A Operadora aprovou, em 5 de março de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração, um programa de incentivo de longo prazo, oferecido aos seus principais executivos. O referido programa tem por objetivo estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Operadora, além de obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como incentivar a permanência desses executivos na Operadora.

O referido programa prevê a premiação em dinheiro dos seus beneficiários com base na valorização de "ações virtuais" ("phantom shares") da Operadora, correspondendo apenas a um critério de referência. O programa não conferirá aos beneficiários a condição de acionista, bem como não outorgará aos beneficiários quaisquer direitos à aquisição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Operadora. Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo considerado como um passivo financeiro com a sua contrapartida no resultado do exercício.

A quantidade de ações virtuais destinadas a cada beneficiário é determinada com base em um contrato de adesão ao programa de incentivo de longo prazo para com cada executivo datados de 7 de março de 2018. Existe prazo de carência, representando 20% do total das ações virtuais outorgadas a cada beneficiário a cada ano. No entanto, o encerramento do prazo de carência não implica, automaticamente, no direito de exercer as ações virtuais, estando sempre o direito de exercer condicionado a data do evento de liquidez (oferta pública inicial, transferência de controle ou desinvestimento).

Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo reconhecida, integralmente, em 2018, sem considerar o prazo de carência de 5 anos, considerando as estimativas e julgamentos necessários para a sua quantificação. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para incentivo de longo prazo monta R\$615 (R\$1.920 em 2018) e está apresentado no passivo circulante.

A seguir estão apresentadas as principais premissas adotadas para a quantificação da referida provisão: i) projeção dos resultados futuros das operações da Operadora; ii) expectativa se os executivos permanecerão na Operadora; iii) estimativa da data de ocorrência do evento de liquidez; e iv) taxa de desconto.

### 14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Operadora provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões para ações tributárias (a)	2.560	2.089
Provisões para ações cíveis (b)	60	14
Provisões para ações trabalhistas (c)	404	120
Total	<u>3.024</u>	<u>2.223</u>

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida em provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.787
Adições e reversões líquidas	436
Baixas	<u>(7)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.223
Adições e reversões líquidas	<u>801</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>3.204</u></u>

(a) Refere-se à contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora, instituído pelo Artigo 22, III da Lei 8.212/91. A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento dessa obrigação. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou passivo equivalente no montante de R\$1.148 em 31 de dezembro de 2014 e realizou o respectivo depósito judicial. Após essa data, não houve novos depósitos e a Operadora vem atualizando os saldos monetariamente.

A Operadora é parte de processos tributários, no montante de R\$611 (R\$540 em 2018), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora.

(b) A Operadora está discutindo diversas ações de natureza cível na esfera judicial movidas por beneficiários que pleiteiam continuidade de atendimento, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas e outras comuns às operadoras de saúde, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores.

A Operadora é parte de processos cíveis, de mesma natureza dos mencionados acima, no montante de R\$562 (R\$196 em 2018), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora.

(c) A Operadora está discutindo na justiça ações de natureza trabalhista, relacionadas, substancialmente, ao pleiteio pelo reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, 13º salário, verbas rescisórias e intervalo intrajornada, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam causas trabalhistas avaliadas como risco de perda possível.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Operadora é composto por 38.983.444 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$38.983 (16.674.666 cotas em 2018 no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$16.674), totalmente subscrito e integralizado.

### b) Aumento de capital

Em 28 de março de 2019, através de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$10.000, mediante a emissão de 10.000.000 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00.

Em 1º de novembro de 2019, através de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$12.309 mediante a emissão de 12.308.778 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00.

Em 17 de dezembro de 2018, os sócios da Operadora resolveram aumentar o capital mediante a criação de 10.000.000 novas cotas. Essas novas cotas foram integralmente subscritas e integralizadas, em espécie, no valor de R\$10.000, pelos sócios Geraldo Almeida Lima (para o qual cabem 1.000.000 cotas) e GSFRP Participações S.A. (para a qual cabem 9.000.000 cotas).

c) Reserva de lucros

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização, conforme decisão dos cotistas.

d) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Operadora calculou juros sobre capital próprio no montante líquido de R\$1.381, decorrente de exercícios anteriores (R\$1.043 em 2018, decorrente de exercícios anteriores) com base na TJLP vigente no exercício. O montante calculado já foi distribuído no exercício.

e) Distribuição de lucros

A destinação do lucro líquido do exercício é registrada contabilmente quando de sua deliberação pelos cotistas. A Operadora pode, a qualquer tempo, apurar balancetes e distribuir lucros. Os eventuais prejuízos são suportados pelos cotistas na proporção de suas participações no capital social.

Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora distribuiu lucros no montante de R\$4.177 (R\$8.300 em 2018). A parcela remanescente do lucro líquido, destinada à reserva de lucros, está sujeita à deliberação dos cotistas.

## 16. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prestação de serviços odontológicos - pessoas físicas	20.239	6.913
Prestação de serviços odontológicos - pessoas jurídicas	119.518	75.812
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	<u>(5.427)</u>	<u>(3.127)</u>
	<u>134.330</u>	<u>79.598</u>

O aumento de 70% no faturamento da Operadora está atrelado ao aumento no número de vidas durante o exercício, devido à aquisição de carteiras, conforme mencionado na nota explicativa nº 9, aliado ao reajuste anual dos planos. Em dezembro de 2018, a Operadora possuía 867.614 vidas, ao passo que em dezembro de 2019 esse número passou a ser de 1.125.533 vidas.

## 17. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eventos conhecidos - coletivo	(62.361)	(36.242)
(-) Recuperação por coparticipação	<u>2.768</u>	<u>2.049</u>
Subtotal	<u>(59.593)</u>	<u>(34.193)</u>
Variação da PEONA	<u>700</u>	<u>(1.303)</u>
	<u>(58.893)</u>	<u>(35.496)</u>

## 18. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa com pessoal próprio	(11.334)	(7.207)
Despesa com serviços de terceiros	(3.355)	(2.658)
Despesa com localização e funcionamento (b)	(10.002)	(7.137)
Despesa com publicidade e propaganda	(1.094)	(1.013)
Despesa com incentivo de executivos	(10.389)	(1.920)
Despesa com amortização e depreciação	(2.078)	(410)
Despesas com comissões (a)	(23.663)	(7.983)
Despesas diversas	<u>(2.158)</u>	<u>(557)</u>
	<u>(64.073)</u>	<u>(28.885)</u>

- a) Consiste basicamente nas aquisições de carteiras, conforme documentado na nota explicativa nº 9, junto com o valor pago pelas aquisições de carteiras, a Operadora pagou um alto valor de comissões.
- b) A variação nesse grupo é decorrente, principalmente, do aumento de alugueis, taxa suplementar da saúde, despesas com correios e material de expediente.

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações	1.673	1.433
Receita de juros por recebimento em atraso	355	94
Atualização monetária de créditos tributários	78	-
Outras	<u>10</u>	<u>145</u>
	<u>2.116</u>	<u>1.672</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Descontos concedidos	(1.094)	(911)
Atualização monetária	(501)	(91)
Juros sobre empréstimos	(21)	-
Outros	<u>(787)</u>	<u>-</u>
	<u>(2.403)</u>	<u>(1.002)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(287)</u>	<u>670</u>

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

<u>Sobre diferenças temporárias</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Programa de incentivo de longo prazo	615	1.920
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	466	133
Provisão para contingências tributárias	1.938	1.468
Taxa de saúde suplementar	2.088	1.341
Provisão referente ao ISS	252	252
Provisão para devedores duvidosos	3.489	-
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Ativo fiscal diferido	<u>3.009</u>	<u>1.739</u>

Os títulos que compõem a provisão para perdas sobre créditos atingiram os critérios fiscais para dedutibilidade na apuração de imposto de renda e contribuição social e, por essa razão, foram excluídos da base do diferido.

A Operadora, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus cotistas, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Operadora.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Operadora estima realizar imposto de renda e a contribuição social diferidos em 2019.

- b) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.667	13.319
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e Contribuição social	(1.247)	(4.528)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	251	-
Juros sobre capital próprio	470	355
Outras diferenças permanentes	<u>(59)</u>	<u>67</u>
Despesa do imposto de renda e contribuição social	<u>(585)</u>	<u>(4.106)</u>
Correntes	(1.854)	(5.089)
Diferidos	<u>1.269</u>	<u>983</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(585)</u>	<u>(4.106)</u>

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Operadora e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração e de sua controlada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- a) Aplicações financeiras: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 4.
- b) Contraprestação pecuniária a receber: comentados e apresentados na nota explicativa nº 5.

### Mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no fim de cada exercício conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadoria e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Operadora correspondem às características do Nível 2.

c) Gerenciamento de riscos

A Operadora opera exclusivamente com planos de assistência médica, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e pessoas físicas. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os de flutuação dos custos odontológicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

d) Risco de mercado e concorrência

A Operadora trabalha com medicina de grupo e opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência odontológica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde, autogestão e cooperativas de trabalho médico.

e) Risco de flutuação dos custos médico-hospitalares

Os contratos possuem prazo indeterminado com cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas por meio do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos 12 meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

f) Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de assistência odontológica e é orientada com o objetivo de manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber.

g) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco por meio do equacionamento do fluxo de compromissos e da manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários para suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

h) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDB), em sua maior parte de grande porte, com liquidez imediata, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas, incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 274/11 para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Operadora está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI).

Pelo fato de a Operadora não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 4.

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

Em dezembro de 2019, a Controladora da Operadora contratou seguros para cobrir riscos relativos a todas as suas subsidiárias (incluindo a Operadora), declarados no montante de R\$1.022, com limite máximo de indenização de R\$202.411 para incêndios, inclusive decorrente de tumultos, queda de raios, explosões de qualquer natureza e implosões.

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em atendimento aos requerimentos de divulgação dos eventuais eventos subsequentes sobre os efeitos do novo Coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras, a Operadora, em conjunto com seu Grupo Econômico acompanha o desenrolar dos acontecimentos e informa que não sofreu impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios até este momento.

No entanto, aumentou o grau de incerteza para muitas projeções que só poderão ser mensuradas futuramente e que podem gerar os impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras, quer sejam relevantes ou não. Até o presente momento, a Operadora não teve seu fluxo de caixa operacional afetado, haja vista que o seu fluxo de recebimentos e pagamentos estão seguindo curso normal dos negócios.

Quanto aos aspectos operacionais, com base na melhor informação disponível, a Operadora em conjunto com o seu Grupo Econômico está tomando medidas para reduzir qualquer eventual impacto, quais sejam:

- Constituição de um comitê multidisciplinar com o objetivo de monitorar a pandemia, estudando as melhores práticas possíveis para o tratamento e controle, tendo por base a melhor experiência aqui e no resto do mundo.
- Compra de estoque de materiais, equipamentos e medicamentos que deverão ser utilizados ao longo do ciclo contagioso.
- Esforço de comunicação com seus clientes e com a sociedade em geral para prevenção da infecção do vírus.
- Adoção de "home office" com seus colaboradores de "backoffice", suspensão das férias de colaboradores assistenciais e estudo de ações previstas na Medida Provisória nº 927/2020.

Cândido Pinheiro Koren de Lima  
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima  
Diretor-presidente

Alexsander Correia de Carvalho  
Contador CRC SP-262683/O-6

Glaucio Mattos de Souza  
Atuário MIBA 2.284